

J. E. Carreira Alvim

Doutor pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, com a tese: “*Direito Arbitral Interno Brasileiro*”, bachare-lou-se em Direito pela mesma Instituição. Iniciou-se no magistério como orientador forense do Departamento de Assistência Judiciária (DAJ) da Faculdade de Direito da UFMG, nas áreas de Direito Civil e Processo Civil, e posteriormente foi professor de Direito Processual Civil e Prática Forense Supervisionada na Faculdade de Direito do Centro de Ensino Unificado de Brasília - CEUB e professor de Direito Romano, Direito Civil, Direito Processual Civil e Teoria Geral do Processo na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio. No campo profissional, foi aprovado nos concursos públicos de Juiz do Estado de Minas Gerais e Juiz do Trabalho, bem como para Procurador da República, cargo que veio a assumir atuando perante o extinto Tribunal Federal de Recursos em Brasília/DF até ingressar na magistratura federal, assumindo a titularidade da 19ª Vara Federal no Rio de Janeiro. Em 1993, foi promovido a Desembargador Federal do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, com sede no Rio de Janeiro. Na qualidade de jurista, integrou a Comissão de Reforma do Código de Processo Civil de 1973, e, na de professor, profere palestras e ministra cursos de curta duração pelo país, participando inclusive de bancas examinadoras em concursos públicos para ingresso no magistério superior, além de bancas de mestrado e doutorado. Professor de Direito Processual Civil da Faculdade Nacional de Direito da UFRJ. O autor é, ainda, membro permanente do Instituto Brasileiro de Direito Processual - IBDP.

MANUAL DE PROCESSO CIVIL

VOLUME I

Parte Geral

Com Objetivo Prático

**3ª Edição
Revista e Atualizada**

Curitiba
Juruá Editora
2018

Visite nossos *sites* na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: editora@jurua.com.br

ISBN: 978-85-362-8105-6

JURUA
EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

Alvim, J. E. Carreira.

A475 Manual de Processo Civil./ J. E. Carreira

Alvim./ 3ª edição./ Curitiba: Juruá, 2018.

528p. – v. 1

1. Código de Processo Civil. I. Título.

CDD 347(22.ed)

CDU 347

000001

U. B. C.

SUMÁRIO

Capítulo 1 – NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL	19
1 PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO PROCESSO.....	19
1.1 Princípio do Impulso Processual	20
1.2 Princípio da Inafastabilidade da Jurisdição	20
1.3 Princípio da Duração Razoável do Processo	21
1.4 Princípio da Cooperação Processual.....	23
1.5 Princípio da Finalidade Social da Lei e as Exigências do Bem Comum	23
1.6 Princípio da Paridade de Tratamento.....	25
1.7 Princípio do Contraditório.....	25
1.8 Princípios da Publicidade	26
1.9 Princípio da Fundamentação	27
1.10 Princípio da Cronologia da Conclusão	27
Capítulo 2 – NORMAS PROCESSUAIS E SUA APLICAÇÃO	29
2 ALCANCE DAS NORMAS PROCESSUAIS.....	29
2.1 Irretroatividade da Norma Processual	30
2.2 Subsidiariedade ou Supletividade do Código de Processo Civil	30
Capítulo 3 – JURISDIÇÃO E AÇÃO	33
3 JURISDIÇÃO CIVIL	33
3.1 Ação e Condições da Ação.....	33
3.2 Substituição Processual	34
Modelo de Ação Ajuizada por Substituto Processual.....	36
3.3 Ação Declaratória.....	38
Modelo de Ação Declaratória.....	39
3.4 Questão Prejudicial e Coisa Julgada.....	40
Capítulo 4 – LIMITES DA JURISDIÇÃO NACIONAL	45
4 LIMITES DA JURISDIÇÃO BRASILEIRA.....	45
4.1 Jurisdição Exclusiva.....	50
4.2 Jurisdição Concorrente	52
4.3 Foro Exclusivo Estrangeiro	53

Capítulo 5 – COOPERAÇÃO JURÍDICA	55
5 COOPERAÇÃO JURÍDICA	55
5.1 Cooperação Nacional	55
5.2 Cooperação Recíproca Entre Juízos	56
5.3 Modalidades de Cooperação Nacional	56
5.4 Cooperação Jurídica Internacional	58
5.5 Garantias na Cooperação Internacional	59
5.6 Objeto da Cooperação Internacional	61
Capítulo 6 – PROCEDIMENTO NA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL ...	65
6 PEDIDO DE COOPERAÇÃO JURÍDICA ATIVO E AUTORIDADE CENTRAL	65
Modelo de Pedido de Cooperação Jurídica Internacional Ativo em Matéria Cível	66
6.1 Pedido de Cooperação Jurídica Passivo e Recusa de Cumprimento	67
6.2 Instrução do Pedido de Cooperação Internacional Passivo	68
6.3 Reciprocidade de Tratamento na Cooperação Internacional	70
Capítulo 7 – EXECUÇÃO NA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	71
7 MEIOS DE EXECUÇÃO NA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	71
7.1 Pedido de Auxílio Direto e Requisitos	72
7.2 Formalidade do Pedido de Auxílio Direto	73
7.3 Objeto do Pedido de Auxílio Direto	75
7.4 Procedimento no Pedido de Auxílio Direto	76
7.5 Competência de Atribuições no Pedido de Auxílio Direto	77
7.6 Pedido de Auxílio Direto Passivo	77
7.7 Competência da Justiça Federal no Pedido de Auxílio Direto	78
7.8 Cumprimento de Carta Rogatória	79
Modelo Simplificado de Carta Rogatória	80
7.9 Roteiro da Carta Rogatória	80
Capítulo 8 – COMPETÊNCIA INTERNA	83
8 COMPETÊNCIA	83
8.1 Critérios de Determinação da Competência	87
8.2 Competência em Razão da Matéria e do Valor	88
8.3 Competência em Razão da Pessoa	89
8.4 Competência Funcional	92
8.5 Competência Territorial na Ação Sobre Bens Móveis	93
8.6 Competência Territorial na Ação Real Sobre Bens Imóveis	94
8.7 Foro do Inventário e Partilha	95
8.8 Foro do Ausente	96

8.9	Foro do Incapaz.....	97
8.10	Foro da União.....	97
8.11	Foro dos Estados e do Distrito Federal.....	98
8.12	Foros Especiais.....	98
8.13	Modificação da Competência por Conexão ou Continência	103
8.14	Ação Contínente e Ação Contida	107
8.15	Modificação da Competência pela Prevenção.....	109
8.16	Prevenção na Competência Territorial-funcional.....	110
8.17	Competência em Ação Acessória.....	111
8.18	Competência e Questão Prejudicial.....	111
8.19	Competência Relativa e Absoluta e Eleição de Foro.....	113
8.20	Incompetência de Foro e de Juízo	115
8.21	Prorrogação de Competência.....	118
8.22	Conflito de Competência.....	119
Capítulo 9	– CAPACIDADE DAS PARTES.....	123
9	CAPACIDADE PROCESSUAL DAS PARTES.....	123
9.1	Incapacidade Absoluta e Incapacidade Relativa.....	124
9.2	Curador Especial	124
	Modelo de Nomeação de Curador Especial.....	126
9.3	Consentimento do Cônjuge e Litisconsórcio Necessário	126
9.4	Suprimento Judicial de Consentimento	129
	Modelo de Suprimento Judicial de Consentimento	130
9.5	Representação Processual.....	131
9.6	Sanação de Irregularidade ou Defeito Processual	135
Capítulo 10	– PARTES E PROCURADORES.....	139
10	PARTES E PROCURADORES.....	139
10.1	Deveres Processuais e seus Destinatários.....	139
10.2	Expressões Injuriosas no Processo e Riscadura.....	146
	Modelo de Pedido de Riscadura de Expressão Injuriiosa	148
Capítulo 11	– LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ.....	149
11	LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ E PENALIDADES	149
11.1	Hipóteses de Má-fé Processual.....	149
11.2	Condenação do Litigante de Má-fé	152
	Modelo de Pedido por Litigância de Má-fé.....	153
Capítulo 12	– DESPESAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍ- CIOS.....	155
12	RESPONSABILIDADE PELAS DESPESAS PROCESSUAIS.....	155
12.1	Despesas da Sucumbência.....	157

12.2	Extensão da Sucumbência e Remuneração do Assistente Técnico	157
12.3	Honorários Advocatícios na Reconvenção	160
12.4	Honorários no Cumprimento de Sentença e na Execução	161
12.5	Honorários Advocatícios nos Recursos	161
12.6	Extensão da Fixação dos Honorários Advocatícios	163
12.7	Honorários nas Causas em que é Parte a Fazenda Pública	164
12.8	Honorários nas Causas de Valor Inestimável ou Irrisório	167
12.9	Honorários nas Ações Indenizatórias por Ato Ilícito	168
12.10	Honorários Advocatícios na Perda de Objeto do Processo	168
12.11	Sucumbência nos Embargos à Execução	169
12.12	Natureza Jurídica da Verba Honorária	170
12.13	Honorários em Favor de Sociedade de Advogados	171
12.14	Honorários na Advocacia em Causa Própria	171
12.15	Omissão da Decisão de Honorários Advocatícios	171
12.16	Honorários de Sucumbência em Favor de Advogado Público	172
12.17	Despesas Processuais na Sucumbência Recíproca	172
12.18	Despesas e Honorários no Litisconsórcio	173
12.19	Despesas Judiciais nos Procedimentos Voluntários	174
12.20	Despesas Processuais nos Juízos Divisórios	174
12.21	Desistência, Renúncia ou Reconhecimento do Pedido	175
12.22	Atos Praticados a Requerimento da Fazenda Pública, do Ministério Público ou da Defensoria Pública	177
	Modelo de Adiantamento de Honorários Periciais	179
12.23	Repropositura da Ação e Despesas de Condenação Anterior	180
	Modelo de Pedido na Repropositura da Ação	181
12.24	Despesas no Adiamento de Atos Processuais	182
12.25	Despesas Processuais na Assistência	182
12.26	Despesas Processuais na Perícia	183
12.27	Despesas de Perícia na Gratuidade da Justiça	184
12.28	Natureza Jurídica das Sanções aos Litigantes	187
Capítulo 13	– JUSTIÇA GRATUITA	189
13	BENEFICIÁRIOS DA JUSTIÇA GRATUITA	189
13.1	Momento da Formulação do Pedido de Gratuidade	191
	Modelo de Pedido de Justiça Gratuita	192
13.2	Indeferimento da Gratuidade e Comprovação de Pressupostos	193
13.3	Recurso da Decisão sobre Justiça Gratuita	194
	Modelo de Recurso do Indeferimento da Justiça Gratuita	196
13.4	Consequências da Revogação da Gratuidade	198

Capítulo 14 – REPRESENTAÇÃO DAS PARTES NO PROCESSO	199
14 REPRESENTAÇÃO DA PARTE NO PROCESSO	199
14.1 Capacidade Postulatória	200
Modelo de Pedido de Ratificação de Atos Processuais Praticados.....	201
14.2 Poderes Compreendidos na Procuração	201
Modelo de Procuração “ <i>Ad Judicia</i> ”	202
14.3 Postulação em Causa Própria	203
14.4 Direitos do Advogado no Processo	203
Modelo de Pedido de Vista dos Autos.....	205
Modelo de Retirada dos Autos do Cartório com Prazo Comum	206
Modelo de Pedido de Restituição de Prazo	207
Capítulo 15 – SUCESSÃO DAS PARTES E DOS PROCURADORES NO PROCESSO	209
15 SUCESSÃO VOLUNTÁRIA <i>ENTRE VIVOS</i>	209
Modelo de Pedido de Sucessão Processual <i>Entre Vivos</i>	209
15.1 Sucessão Compulsória.....	210
15.2 Sucessão <i>Causa Mortis</i>	211
Modelo de Pedido de Sucessão Processual <i>Causa Mortis</i>	212
15.3 Revogação do Mandato	213
Modelo de Comunicação de Revogação de Mandato.....	214
15.4 Renúncia ao Mandato	214
Modelo de Comunicação de Renúncia ao Mandato	215
Capítulo 16 – PROCESSO LITISCONSORCIAL	217
16 LITISCONSÓRCIO	217
16.1 Limitação de Litisconsórcio	218
Modelo de Limitação de Litisconsórcio	220
16.2 Litisconsórcio Necessário.....	221
16.3 Nulidade e Ineficácia da Sentença.....	221
16.4 Litisconsórcio Unitário.....	224
16.5 Relações Processuais entre os Litisconsortes	225
Modelo de Pedido de Inclusão como Litisconsorte Passivo.....	226
Capítulo 17 – ASSISTÊNCIA	227
17 ASSISTÊNCIA E MOMENTO DE INGRESSO.....	227
17.1 Prazo para Impugnação	229
Modelo de Impugnação à Assistência	229
17.2 Falta de Interesse Jurídico em Intervir	230
17.3 Assistência Simples	231
Modelo de Pedido de Assistência Simples	232

17.4	Revelia do Assistido e Substituição Processual.....	233
17.5	Poderes da Parte Principal na Assistência	233
17.6	Eficácia da Assistência e Coisa Julgada	234
17.7	Assistência Litisconsorcial	236
	Modelo de Pedido de Assistência Litisconsorcial	238
Capítulo 18	– DENUNCIÇÃO DA LIDE.....	239
18	CASOS DE DENUNCIÇÃO DA LIDE.....	239
18.1	Direito Regressivo em Ação Autônoma	241
18.2	Denúnciação Sucessiva da Lide	241
18.3	Citação na Denúnciação da Lide	242
18.4	Denunciado como Litisconsorte do Denunciante	242
	Modelo de Denúnciação da Lide pelo Réu.....	243
18.5	Procedimento na Denúnciação da Lide	245
18.6	Cumprimento da Sentença Também Contra o Denunciado.....	247
18.7	Julgamento da Denúnciação da Lide	247
Capítulo 19	– CHAMAMENTO AO PROCESSO.....	249
19	CASOS DE CHAMAMENTO AO PROCESSO	249
19.1	Citação dos Litisconsortes Passivos e Prazo para sua Efetivação	250
	Modelo de Pedido de Chamamento ao Processo	251
19.2	Constituição do Título Executivo	252
Capítulo 20	– DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA....	255
20	PERSONALIDADE JURÍDICA.....	255
20.1	Desconsideração da Personalidade Jurídica	255
20.2	Teoria da Desconsideração e Teoria do Abuso da Personalidade Jurídica	256
20.3	Legitimação para Instaurar a Desconsideração	256
20.4	Pressupostos Legais da Desconsideração	257
20.5	Desconsideração Inversa da Personalidade Jurídica.....	258
20.6	Instauração do Incidente de Desconsideração	259
20.7	Incidente de Desconsideração e Suspensão do Processo.....	259
20.8	Procedimento no Incidente de Desconsideração	260
20.9	Decisão do Incidente por Interlocutória	261
20.10	Recurso de Agravo Interno.....	262
20.11	Alienação ou Oneração de Bens em Fraude de Execução.....	262
20.12	Dispensa de Instauração do Incidente de Desconsideração.....	263
	Modelo de Pedido de Desconsideração da Personalidade Jurídica	264

Capítulo 21 – INTERVENÇÃO COMO <i>AMICUS CURIAE</i>	267
21 CASOS DE INTERVENÇÃO DO <i>AMICUS CURIAE</i>	267
Modelo de Pedido de Manifestação de <i>Amicus Curiae</i>	272
21.1 Preservação da Competência e Embargos de Declaração	269
21.2 Definição dos Poderes do <i>Amicus Curiae</i>	270
21.3 Recurso Admitido ao <i>Amicus Curiae</i>	271
Modelo de Intervenção de “ <i>Amicus Curiae</i> ”	272
Capítulo 22 – PARTÍCIPES DO PROCESSO E ATIVIDADES PROCES- SUAS	275
22 PARTÍCIPES DO PROCESSO.....	275
22.1 Lacuna ou Obscuridade da Lei	278
22.2 Decisão por Equidade.....	278
22.3 Limites à Decisão do Juiz.....	278
22.4 Responsabilidade Civil do Juiz	279
Modelo de Pedido de Decisão pelo Juiz.....	280
22.5 Impedimentos e Suspeição do Juiz.....	281
Modelo de Arguição de Impedimento do Juiz.....	291
Modelo de Arguição de Suspeição do Juiz.....	291
22.6 Impedimento Decorrente de Parentesco	292
22.7 Impedimento e Suspeição de Partícipes do Processo	293
Capítulo 23 – AUXILIARES DA JUSTIÇA	297
23 PRINCIPAIS AUXILIARES DA JUSTIÇA.....	297
23.1 Atribuições do Escrivão ou Chefe de Secretaria	299
23.2 Atribuições do Oficial de Justiça.....	301
23.3 Responsabilidade Civil do Escrivão, do Chefe de Secretaria e do Ofi- cial de Justiça	302
23.4 Atribuições e Responsabilidade do Perito	303
23.5 Atribuições e Responsabilidade do Depositário ou Administrador	306
23.6 Atribuições do Intérprete ou Tradutor	307
Capítulo 24 – MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO	309
24 CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO ENTRE PARTICULARES	309
24.1 Mediação e Autocomposição de Conflitos na Administração Pública...	310
24.2 Princípios Informativos	311
24.3 Confidencialidade e Sigilo	312
24.4 Estímulo à Conciliação e à Mediação.....	313
24.5 Escolha do Conciliador ou Mediador	313
24.6 Cadastro de Conciliadores e Mediadores	314

24.7	Exclusão do Cadastro e suas Consequências.....	316
24.8	Remuneração do Conciliador ou Mediador.....	318
24.9	Conciliação e Mediação Extrajudicial.....	319
	Modelo de Compromisso de Mediação	319
Capítulo 25 – MINISTÉRIO PÚBLICO, DEFENSORIA PÚBLICA E ADVOCACIA PÚBLICA		
		321
25	MINISTÉRIO PÚBLICO.....	321
25.1	Atribuições do Ministério Público.....	322
25.2	Ministério Público como Fiscal da Ordem Jurídica	322
	Modelo de Parecer do Ministério Público	323
25.3	Privilégios do Ministério Público.....	324
25.4	Responsabilidade Civil do Ministério Público	325
25.5	Advocacia Pública.....	326
25.6	Defensoria Pública	328
	Modelo de Pedido de Intimação em Ação Patrocinada pela Defensoria Pública.....	329
Capítulo 26 – ATOS PROCESSUAIS.....		
		331
26	FORMA DOS ATOS PROCESSUAIS.....	331
26.1	Publicidade dos Atos Processuais	332
26.2	Sigilo dos Atos Processuais.....	332
	Modelo de Pedido de Segredo de Justiça	335
26.3	Uso da Língua Portuguesa.....	335
	Modelo de Pedido de Tradução de Documento em Língua Estrangeira ...	336
26.4	Flexibilização do Procedimento Judicial e Calendário Processual	336
26.5	Atos Processuais por Meio Eletrônico.....	339
26.6	Atos Processuais das Partes.....	340
26.7	Cotas Marginais e Interlineares	341
	Modelo de Pedido de Cancelamento de Cota nos Autos	343
26.8	Pronunciamentos do Juiz no Processo.....	343
26.9	Atos do Escrivão ou Chefe de Secretaria	345
26.10	Tempo e Lugar dos Atos Processuais.....	347
26.11	Problemática dos Prazos e Depoimento Fora da Sede do Juízo	349
	Modelo de Depoimento Fora da Sede do Juízo.....	349
	Modelo de Pedido para a Prática de Ato Processual não Realizado no Prazo Legal.....	352
	Modelo de Renúncia de Prazo em Favor da Parte	354
26.12	Litisconsortes com Diferentes Procuradores	355
26.13	Começo da Contagem do Prazo	356

Capítulo 27 – PRAZOS E PENALIDADES	359
27 PRAZOS E PENALIDADES PROCESSUAIS	359
27.1 Descumprimento de Prazo e Penalidade pelo Excesso.....	360
Modelo de Cobrança de Autos em Poder do Advogado.....	362
27.2 Excesso Injustificado de Prazo pelo Juiz ou Relator	363
Modelo de Representação Contra o Juiz	363
Capítulo 28 – COMUNICAÇÃO DE ATOS PROCESSUAIS.....	365
28 CUMPRIMENTO DE ATOS PROCESSUAIS	365
28.1 Cartas Comunicatórias	367
28.2 Citação para a Demanda.....	368
28.3 Efeitos da Citação Válida	369
28.4 Improcedência Liminar do Pedido	372
28.5 Formalidades na Citação	373
28.6 Circunstâncias Impedientes da Citação	374
28.7 Formas de Citação	376
28.8 Citação pelo Correio.....	377
28.9 Citação pelo Oficial de Justiça	380
28.10 Citação por Edital.....	387
Modelo de Pedido de Citação por Edital	392
28.11 Citação por Carta.....	392
Modelo de Pedido de Citação por Carta Precatória.....	403
28.12 Problemática da Intimação	403
28.13 Procedimento Edital	412
Modelo de Ação pelo Procedimento Edital	413
Capítulo 29 – NULIDADES PROCESSUAIS	415
29 NULIDADES E IRREGULARIDADES PROCESSUAIS	415
29.1 Predeterminação da Forma do Ato	416
29.2 Nulidade e Preclusão	417
29.3 Intervenção Obrigatória do Ministério Público	418
Modelo de Pedido de Intervenção do Ministério Público.....	419
29.4 Formalidades da Citação e da Intimação	419
Modelo de Pedido de Nulidade de Citação	420
29.5 Sanação de Nulidades e Irregularidades.....	421
29.6 Erro na Forma do Processo.....	423
Capítulo 30 – DISTRIBUIÇÃO E REGISTRO	427
30 DISTRIBUIÇÃO E REGISTRO	427
30.1 Forma de Distribuição	428

30.2	Distribuição por Dependência	429
	Modelo de Pedido de Distribuição por Dependência	431
30.3	Dispensa de Juntada de Procuração	431
30.4	Correção de Erro ou Falta de Distribuição	432
30.5	Fiscalização da Distribuição	433
30.6	Cancelamento da Distribuição	433
Capítulo 31	– VALOR DA CAUSA	435
31	VALOR DA CAUSA	435
31.1	CrITÉrios de Fixação do Valor da Causa	436
31.2	Impugnação ao Valor da Causa	439
	Modelo de Impugnação ao Valor da Causa	440
Capítulo 32	– TUTELA PROVISÓRIA E TUTELA DE URGÊNCIA	441
32	TUTELA PROVISÓRIA E SUAS MODALIDADES	441
32.1	Eficácia da Tutela Provisória	442
32.2	Medidas Adequadas na Efetivação da Tutela Provisória	443
32.3	Efetivação da Tutela Provisória	444
32.4	Motivação da Decisão sobre Tutela Provisória	445
32.5	Competência na Tutela Provisória	446
32.6	Pressupostos da Tutela de Urgência	448
32.7	Elementos Conaturais do Sistema de Tutela Jurídica	449
32.8	Perigo de Irreversibilidade dos Efeitos da Decisão Liminar	450
32.9	Audiência de Justificação Prévia	451
32.10	Medidas de Urgência Nominadas	452
32.11	Prejuízo Decorrente da Efetivação da Tutela de Urgência	454
Capítulo 33	– TUTELA ANTECIPADA EM CARÁTER ANTECEDENTE	457
33	TUTELA ANTECIPADA EM CARÁTER ANTECEDENTE	457
	Modelo de Tutela Antecipada em Caráter Antecedente	460
33.1	Audiência de Conciliação ou Mediação	462
33.2	Contestação da Demanda	463
33.3	Não Aditamento do Pedido e Extinção do Processo	464
33.4	Requisito Específico do Pedido de Tutela Antecedente	464
33.5	Indeferimento da Petição Inicial e Extinção do Processo	465
33.6	Estabilização da Tutela Antecipada	466
33.7	Extinção do Processo com Resolução de Mérito	467
33.8	Revisão, Reforma ou Invalidação da Tutela Estabilizada	468
33.9	Decadência da Ação de Revisão, Reforma ou Invalidação da Tutela Estabilizada	469

33.10	Conservação dos Efeitos da Tutela Estabilizada	469
33.11	Tutela Antecipada de Urgência e Coisa Julgada	470
Capítulo 34	- TUTELA CAUTELAR EM CARÁTER ANTECEDENTE.....	473
34	TUTELA CAUTELAR EM CARÁTER ANTECEDENTE	473
	Modelo de Tutela Cautelar em Caráter Antecedente	475
34.1	Fungibilidade da Tutela Cautelar em Tutela Antecipada	476
34.2	Defesa na Cautelar em Caráter Antecedente Sem Liminar	477
34.3	Revelia no Pedido Cautelar Antecedente	479
34.4	Contestação do Pedido e Observância do Procedimento Comum	480
34.5	Efetivação da Tutela Cautelar e Formulação do Pedido Principal	480
34.6	Pedidos Principal e Cautelar Conjuntos	481
34.7	Aditamento da Causa de Pedir	482
34.8	Audiência de Conciliação ou Mediação	482
34.9	Contestação na Tutela Cautelar com Liminar	483
34.10	Cessação da Eficácia da Tutela Cautelar Antecedente	484
34.11	Indeferimento da Tutela Cautelar e Formulação do Pedido Principal ...	486
Capítulo 35	- TUTELA DA EVIDÊNCIA.....	491
35	TUTELA DA EVIDÊNCIA	491
	Modelo de Tutela da Evidência	495
35.1	Concessão da Tutela Liminar	496
35.2	Problemática da Estabilização na Tutela da Evidência	497
Capítulo 36	- FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO ...	499
36	FORMAÇÃO DO PROCESSO	499
36.1	Suspensão do Processo	500
	Modelo de Pedido de Suspensão do Processo	511
36.2	Extinção do Processo.....	512
	Modelo de Pedido de Extinção do Processo	512
REFERÊNCIAS.....		513
ÍNDICE REMISSIVO		517

J. E. Carreira Alvim

MANUAL DE PROCESSO CIVIL

VOLUME II

Processo de Conhecimento

Com Objetivo Prático

3ª Edição – Revista e Atualizada até a Lei 14.195/2021

Curitiba
Juruá Editora
2022

Visite nossos *sites* na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: *editora@jurua.com.br*

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-85-362-9535-0



Brasil – R. Flávio Dallegrave, 7.665 – São Lourenço – Fone: (41) 4009-3900 – CEP: 82.210-310 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 – Centro Comercial D’Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: Luiz Augusto de Oliveira Junior

Alvim, J. E. Carreira.

A475 Manual de processo civil: processo de conhecimento com objetivo prático./ J. E. Carreira Alvim./ 3ª ed. rev. e atual. até a Lei 14.195/2021./ Curitiba: Juruá, 2022.
576 p. – v. II.

1. Processo civil. 2. Petição inicial. I. Título.

CDD 347(22.ed)

CDU 347.9

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

SUMÁRIO

Capítulo 1 – PROCESSO DE CONHECIMENTO	17
1 Procedimento Comum	17
1.1 Requisitos da Petição Inicial.....	18
1.2 Instrução da Petição Inicial.....	22
1.3 Emenda da Petição Inicial	23
1.4 Requisitos do Pedido	25
1.5 Pedido Alternativo.....	27
1.6 Pedidos em Ordem Subsidiária.....	30
1.7 Obrigação em Prestações Sucessivas.....	35
1.8 Obrigação Indivisível com Pluralidade de Credores	38
1.9 Cumulação de Pedidos	38
1.10 Extensão do Pedido	40
1.11 Aditamento ou Alteração do Pedido e da Causa de Pedir.....	41
Capítulo 2 – INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL	45
2 Indeferimento da Petição Inicial por Inépcia.....	45
2.1 Outros Casos de Indeferimento da Petição Inicial.....	47
2.2 Ação de Revisão de Obrigação.....	48
2.3 Juízo de Retratação e Recurso	52
Capítulo 3 – IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO	55
3 Improcedência Liminar do Pedido	55
3.1 Ocorrência de Decadência e Prescrição.....	57
3.2 Julgamento Liminar do Pedido e Recurso	58
3.3 Recurso e Juízo de Retratação	58
Capítulo 4 – AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO	61
4 Audiência de Conciliação ou de Mediação	61
4.1 Procedimento na Conciliação e na Mediação Judiciais	62
4.2 Conciliação e Mediação Extrajudiciais	65
Capítulo 5 – CONTESTAÇÃO DA DEMANDA	67
5 Contestação e Prazo para Contestar	67

5.1	Litisconsórcio Passivo e Audiência de Conciliação ou Mediação	70
5.2	Litisconsórcio passivo e Desistência da Ação	71
5.3	Matéria alegável na Contestação	71
5.4	Matéria Alegável Antes do Mérito	73
5.5	Alegação de Ilegitimidade pela Parte Ré	78
5.6	Procedimento na Ilegitimidade da Parte Ré	79
5.7	Alegação de Incompetência	81
5.8	Contestação Especificada dos Fatos	82
5.9	Novas Alegações pelo Réu Após a Contestação	85
Capítulo 6 – RECONVENÇÃO		87
6	Reconvenção	87
6.1	Intimação do Reconvindo Para Responder	92
6.2	Prosseguimento do Pedido Reconvenicional	95
6.3	Reconvenção Contra o Autor e Terceiro	96
6.4	Reconvenção em Litisconsórcio com Terceiro	96
6.5	Reconvenção pelo Substituto Processual	97
6.6	Reconvenção sem a Contestação	98
Capítulo 7 – REVELIA		99
7	Revelia	99
7.1	Não Produção dos Efeitos da Revelia	100
7.2	Prazos para o Revel	102
7.3	Intervenção do Revel no Processo	104
Capítulo 8 – PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES		107
8	Providências Preliminares	107
8.1	Não Incidência dos Efeitos da Revelia	108
8.2	Produção de Provas pelo Revel	109
8.3	Réplica do Autor	110
8.4	Alegações do Réu	112
8.5	Irregularidades ou Vícios Sanáveis	113
8.6	Alcance das Providências Preliminares	114
Capítulo 9 – JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO..		115
9	Extinção do Processo	115
9.1	Julgamento Antecipado do Mérito	118
9.2	Julgamento Antecipado Parcial do Mérito	122
9.3	Obrigação Líquida ou Ilíquida, L�quidac�o e Execu�o	123
9.4	Recurso da Decisão de Julgamento Antecipado Parcial do Mérito	124

Capítulo 10 – SANEAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO	125
10 Saneamento do Processo	125
10.1 Conteúdo do Saneamento e Organização do Processo	126
10.2 Pedido de Esclarecimento e de Ajuste	128
10.3 Convenção das Partes Sobre Questões de Fato e de Direito	128
10.4 Audiência de Cooperação das Partes	129
10.5 Produção de Prova Oral e Rol de Testemunhas	129
10.6 Prova Pericial e Calendário Para sua Realização	131
10.7 Intervalo de Horário Entre as Audiências	131
Capítulo 11 – AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO	133
11 Abertura da Audiência	133
11.1 Poder de Polícia	134
11.2 Provas Orais	135
11.3 Adiamento da Audiência	137
11.4 Antecipação ou Adiamento da Audiência	139
11.5 Debates Orais e Razões Finais	139
11.6 Unidade da Audiência	141
11.7 Sentença em Audiência	142
11.8 Formalidades e Publicidade na Audiência	143
Capítulo 12 – PROVAS NO PROCESSO	145
12 Disposições Gerais	145
12.1 Prova Inútil ou Protelatória	146
12.2 Apreciação Racional da Prova	146
12.3 Prova Emprestada	148
12.4 Ônus Probatório	149
12.5 Dinamização do Ônus Probatório	150
12.6 Convenção sobre o Ônus da Prova	151
12.7 Fatos que não Carecem de Prova	152
12.8 Regras de Experiência	153
12.9 Prova do Direito	155
12.10 Prova com Suspensão do Julgamento	155
12.11 Dever de Colaboração com o Poder Judiciário	156
12.12 Deveres Probatórios das Partes	157
12.13 Posição do Terceiro em Relação à Prova	158
Capítulo 13 – PRODUÇÃO ANTECIPADA DA PROVA E ATA NOTARIAL	161
13 Produção Antecipada da Prova	161
13.1 Competência para Produção Antecipada da Prova	165
13.2 Existência de Fato ou Relação Jurídica Para Documentação sem Contenciosidade	168

13.3	Procedimento na Antecipação da Prova	168
13.4	Entrega dos Autos ao Promovente.....	170
13.5	Ata Notarial.....	171
13.5.1	Dados representados por imagem ou som	172
Capítulo 14	DEPOIMENTO PESSOAL.....	175
14	Depoimento Pessoal	175
14.1	Silêncio do Depoente e Respostas Evasivas.....	178
14.2	Consulta a Notas Breves.....	179
14.3	Dispensa da Parte de Depor.....	179
14.4	Confissão	181
14.5	Confissão Judicial.....	181
14.6	Extensão da Confissão da Parte.....	182
14.7	Confissão e Direitos Indisponíveis	184
14.8	Irrevogabilidade da Confissão	185
14.9	Eficácia Probatória da Confissão Extrajudicial Oral	187
14.10	Indivisibilidade da Confissão	187
Capítulo 15	– EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO OU COISA.....	191
15	Exibição de Documento ou Coisa	191
15.1	Requisitos do Pedido de Exibição	192
15.2	Resposta ao Pedido de Exibição	195
15.3	Inadmissão de Recusa em Exibir.....	196
15.4	Consequências da Falta de Exibição ou da Recusa em Exibir....	197
15.5	Exibição de Documento ou Coisa por Terceiro.....	199
15.6	Escusa da Parte e do Terceiro em Exibir	205
Capítulo 16	– PROVA DOCUMENTAL	209
16	Força Probante dos Documentos	209
16.1	Prova por Instrumento Público	210
16.2	Documento <i>Público</i> com Eficácia de Documento <i>Particular</i>	211
16.3	Declaração Constante de Documento Particular.....	212
16.4	Data do Documento Particular	212
16.5	Autoria do Documento Particular.....	214
16.6	Autenticidade do Documento	215
16.7	Indivisibilidade do Documento.....	216
16.8	Força Probante do Telegrama e do Radiograma.....	217
16.9	Cartas e Registros Domésticos	219
16.10	Prova em Benefício do Devedor.....	220
16.11	Livros Empresariais.....	221
16.12	Indivisibilidade da Escrituração Contábil.....	223
16.13	Exibição de Livros Empresariais	223

16.14	Exibição de Ofício de Livros e Documentos	225
16.15	Prova por Reprodução Mecânica.....	226
16.16	Reprodução que Vale Como Certidão	228
16.17	Prova por Cópia e com o Original	229
16.18	Cópia de Documento Digitalizado.....	232
16.19	Entrelinha, Emenda, Borrão ou Cancelamento.....	232
16.20	Declaração Judicial de Falsidade.....	233
16.21	Ônus da Prova.....	235
Capítulo 17 – ARGUIÇÃO DE FALSIDADE.....		237
17	Arguição De Falsidade	237
17.1	Convolação da Questão Prejudicial em Principal.....	239
17.2	Motivação da Arguição de Falsidade e Prova a Respeito.....	241
17.3	Contraditório Mitigado no Incidente	241
17.4	Concordância da Parte na Retirada do Documento dos Autos ...	242
17.5	Arguição de Falsidade e Coisa Julgada	243
Capítulo 18 – PRODUÇÃO DA PROVA DOCUMENTAL		245
18	Instrução da Petição Inicial e da Contestação.....	245
18.1	Reprodução Cinematográfica ou Fonográfica	246
18.2	Juntada Posterior de Documentos.....	246
18.3	Observância do Contraditório.....	249
18.4	Manifestação das Partes Sobre Documentos	250
18.5	Requisição de Documentos pelo Juiz	251
18.6	Documentos Eletrônicos.....	254
Capítulo 19 – PROVA TESTEMUNHAL		255
19	Admissibilidade da Prova Testemunhal	255
19.1	Indeferimento da Prova Testemunhal.....	256
19.2	Começo de Prova por Escrito	256
19.3	Prova nos Negócios Simulados e Viciados.....	258
19.4	Proibição de ser Testemunha.....	259
19.5	Testemunha Desobrigada de Depor.....	263
19.6	Audiência de Instrução.....	263
Capítulo 20 – PRODUÇÃO DA PROVA TESTEMUNHAL.....		267
20	Produção da Prova Testemunhal	267
20.1	Substituição de Testemunha	269
20.2	Juiz da Causa como Testemunha.....	270
20.3	Depoimento Fora da Audiência de Instrução	271
20.4	Prerrogativa de Autoridade Pública.....	273
20.5	Intimação da Testemunha e sua Forma	274
20.6	Método de Inquirição das Testemunhas	279

20.7	Qualificação da Testemunha	280
20.8	Compromisso da Testemunha	282
20.9	Ordem de Inquirição das Testemunhas.....	282
20.10	Formalização dos Depoimentos.....	284
20.11	Testemunhas Referidas e Acareação	285
20.12	Indenização à Testemunha e Depoimento como Serviço Público.....	288
Capítulo 21	PROVA PERICIAL.....	291
21	PROVA PERICIAL E SEU CONTEÚDO.....	292
21.1	Indeferimento da Prova Pericial	292
21.2	Prova Técnica Simplificada e seu Conteúdo	293
21.3	Procedimento Pericial.....	296
21.4	Honorários do Perito e Contraditório	299
21.5	Parcelamento dos Honorários do Perito	300
21.6	Perícia Inconclusiva ou Deficiente	301
21.7	Perícia Realizada por Carta	302
21.8	Dispensa de Termo de Compromisso de Perito.....	303
21.9	Natureza da Atividade do Assistente Técnico	304
21.10	Acompanhamento da Perícia pelas Partes	304
21.11	Impedimento ou Suspeição do Perito	305
21.12	Substituição do Perito.....	307
21.13	Descumprimento do Encargo pelo Perito	307
21.14	Deveres do Perito Substituído	308
21.15	Apresentação de Quesitos Suplementares	309
21.16	Atividade do Juiz na Quesitação.....	311
21.17	Perícia Realizada por Perito Escolhido de Comum Acordo Pelas Partes.....	311
21.18	Dispensa da Prova Pericial	314
21.19	Conteúdo do Laudo Pericial	314
21.20	Desempenho da Função pelo Perito	317
21.21	Produção da Prova Pericial.....	318
21.22	Apresentação do Laudo e dos Pareceres.....	320
21.23	Esclarecimentos do Perito e dos Assistentes Técnicos	321
21.24	Autenticidade ou Falsidade de Documento	323
21.25	Perícia na Gratuidade de Justiça	323
21.26	Perícia sobre Autenticidade da Letra e Firma.....	324
21.27	Apreciação da Prova Pericial Pelo Juiz	325
21.28	Realização de Nova ou Segunda Perícia.....	327
Capítulo 22	– INSPEÇÃO JUDICIAL.....	331
22	Inspeção Judicial	331

22.1	Procedimento Inspecional.....	333
22.2	Conclusão da Diligência.....	334
Capítulo 23	– SENTENÇA.....	335
23	Conceito de Sentença.....	335
23.1	Sentença <i>Sem</i> Resolução de Mérito.....	336
23.2	Consequências da Sentença <i>Sem</i> Resolução de Mérito.....	341
23.3	Sentença <i>Com</i> Resolução de Mérito.....	343
23.4	Superação de Questões Preliminares.....	349
23.5	Elementos Essenciais da Sentença.....	350
23.6	Fundamentação da Sentença.....	352
23.7	Acolhimento ou Rejeição do Pedido.....	365
23.8	Proibição de Sentença Ilíquida.....	366
23.9	Sentença <i>Citra, Extra e Ultra Petita</i>	368
23.10	Fato Posterior Influente no Julgamento.....	369
23.11	Alteração da Sentença.....	370
23.12	Título Constitutivo de Hipoteca Judiciária.....	372
23.13	Formalização da Hipoteca Judiciária.....	375
23.14	Direito de Preferência do Credor Hipotecário.....	377
23.15	Reforma ou Invalidação da Hipoteca.....	377
Capítulo 24	– REMESSA NECESSÁRIA.....	379
24	Remessa Necessária.....	379
24.1	Remessa Necessária e Valor de Alçada.....	380
Capítulo 25	– TUTELA ESPECÍFICA DA OBRIGAÇÃO.....	385
25	Princípio Diretivo das Obrigações.....	385
25.1	Tutela Específica da Obrigação de Fazer, não Fazer e Entregar Coisa.....	385
25.2	Tutela Inibitória.....	390
25.3	Tutela Específica na Entrega de Coisa.....	393
25.4	Entrega de Coisa Incerta.....	396
25.5	Conversão da Obrigação em Perdas e Danos.....	397
25.6	Tutela Específica na Emissão de Declaração de Vontade.....	398
Capítulo 26	– COISA JULGADA.....	401
26	Coisa Julgada.....	401
26.1	Limites da Eficácia da Sentença.....	403
26.2	Resolução de Questão Prejudicial.....	405
26.3	Questão Prejudicial e Restrições Probatórias.....	411
26.4	Limites Objetivos da Coisa Julgada.....	412
26.5	Sentença Continuativa ou Determinativa.....	414
26.6	Limites Subjetivos da Coisa Julgada.....	417

26.7	Coisa Julgada e Preclusão.....	419
26.8	Extensão da Coisa Julgada	419
Capítulo 27 – LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA.....		421
27	Liquidação de Sentença.....	421
27.1	Liquidação por Arbitramento	422
27.2	Perícia na Liquidação por Arbitramento.....	424
27.3	Liquidação pelo Procedimento Comum	426
27.4	Contestação na Liquidação pelo Procedimento Comum	430
27.5	Sentença em Parte Líquida e em Parte Ilíquida	432
27.6	Liquidação por Cálculo Aritmético	433
27.7	Programa de Atualização Financeira.....	433
27.8	Proibição de Inovar na Liquidação.....	433
27.9	Liquidação na Pendência de Recurso	434
Capítulo 28 – CUMPRIMENTO DA SENTENÇA.....		435
28	Disposições Gerais	435
28.1	Cumprimento da Sentença Contra o Fiador, o Coobrigado ou o Corresponsável	441
28.2	Sentença Sujeita a Condição ou a Termo.....	442
28.3	Títulos Executivos Judiciais e Cumprimento	443
28.4	Sentença Penal Condenatória, Arbitral, Estrangeira e Interlocutória	447
28.5	Competência para Cumprimento da Sentença	450
28.6	Opção do Exequente por Outro Juízo que não o do Cumprimento	451
28.7	Protesto da Decisão Transitada em Julgado	452
28.8	Questões de Validade do Procedimento e Decisão do Juiz	456
28.9	Aplicação à Liquidação das Disposições sobre Cumprimento de Sentença.....	457
Capítulo 29 – CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA NA OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA.....		459
29	Cumprimento Provisório de Sentença	459
29.1	Impugnação ao Cumprimento Provisório.....	463
29.2	Multa e Honorários no Cumprimento Provisório	464
29.3	Depósito Compatível com o Recurso Interposto.....	465
29.4	Cumprimento Provisório nas Obrigações de Fazer, de Não Fazer e de Dar Coisa.....	466
29.5	Dispensa de Caução no Cumprimento Provisório	467
29.6	Procedimento no Cumprimento Provisório	470

Capítulo 30 – CUMPRIMENTO DEFINITIVO DE SENTENÇA NA OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA.....		473
30	Cumprimento Definitivo da Sentença	473
30.1	Acréscimo de Multa e Honorários Advocatícios e Pagamento Parcial	475
30.2	Penhora e Avaliação de Bens	475
30.3	Demonstrativo Discriminado e Atualizado do Crédito.....	476
30.4	Valor do Demonstrativo Excedente dos Limites da Condenação	478
30.5	Impugnação aos Embargos Independentemente de Penhora.....	480
30.6	Alegação de Impedimento ou Suspeição	484
30.7	Contagem de Prazo em Dobro.....	485
30.8	Alegação de Excesso de Execução	485
30.9	Caso de Rejeição Liminar da Impugnação	485
30.10	Impugnação e Prática de Atos Executivos.....	486
30.11	Substituição, Reforço ou Redução da Penhora e Avaliação de Bens.....	487
30.12	Efeito Suspensivo da Impugnação	487
30.13	Fato Superveniente à Impugnação	488
30.14	Inexigibilidade da Obrigação	489
30.15	Modulação de Efeitos da Decisão.....	490
30.16	Trânsito em Julgado da Decisão Exequenda e Cabimento de Ação Rescisória	491
30.17	Pagamento Espontâneo do Débito	491
30.18	Impugnação do Depósito sem Prejuízo do Levantamento.....	492
30.19	Insuficiência do Depósito, Multa e Honorários.....	492
30.20	Satisfação da Obrigação e Extinção do Processo	493
30.21	Aplicação Subsidiária de Normas Processuais	493
Capítulo 31 – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DE PRESTAÇÃO DE ALIMENTOS.....		495
31	Cumprimento de Sentença Alimentar.....	495
31.1	Protesto do Pronunciamento Judicial.....	500
31.2	Impossibilidade Absoluta de Pagar Alimentos e Pena de Prisão	501
31.3	Cumprimento pela Modalidade de Pagar Quantia Certa	505
31.4	Juízo Competente para Cumprimento da Sentença	506
31.5	Cumprimento Mediante Desconto em Folha.....	506
31.6	Cumprimento da Sentença Mediante Expropriação de Bens.....	510
31.7	Alimentos Definitivos ou Provisórios	510
31.8	Intervenção do Ministério Público.....	511
31.9	Indenização por Ato Ilícito e Constituição de Capital	513

31.10	Substituição da Constituição de Capital pela Inclusão em Folha de Pagamento	514
31.11	Redução ou Aumento da Prestação	515
31.12	Prestação com Base no Salário Mínimo	516
31.13	Liberação do Capital Constituído	517
Capítulo 32 – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA.....		519
32	Cumprimento de Sentença Contra a Fazenda Pública.....	519
32.1	Demonstração Discriminada do Crédito.....	520
32.2	Impugnação pela Fazenda Pública.....	521
32.3	Alegação de Excesso de Execução	526
32.4	Expedição de Precatório Requisitório	527
32.5	Impugnação Parcial do Cumprimento	530
32.6	Inconstitucionalidade do Título Judicial e Modulação de Efeitos.....	531
Capítulo 33 – CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER E DE NÃO FAZER.....		533
33	Princípio Diretivo das Obrigações.....	533
33.1	Medidas de Apoio na Efetivação da Liminar	537
33.2	Mandado de Busca e Apreensão	537
33.3	Penas pela Litigância de Má-fé e Crime de Responsabilidade ...	538
33.4	Aplicação Subsidiária do art. 525	539
33.5	Deveres de Natureza Não Obrigacional.....	539
33.6	Multa Suficiente e Compatível com a Obrigação	540
33.7	Modificação ou Exclusão da Multa	541
33.8	Beneficiário do Valor da Multa	542
33.9	Cumprimento Provisório da Multa.....	543
33.10	Multas Vencidas e Vincendas.....	544
33.11	Ainda o Dever de Natureza não Obrigacional	544
Capítulo 34 – CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR COISA		545
34	Obrigação de Entregar Coisa.....	545
34.1	Entrega de Coisa Móvel e Imóvel	547
34.2	Existência de Benefeitorias e Momento de Alegar.....	547
34.3	Alegação de Direito de Retenção	548
34.4	Interpenetração de Normas	549
REFERÊNCIAS.....		551
ÍNDICE REMISSIVO		555

J. E. Carreira Alvim

MANUAL DE PROCESSO CIVIL

VOLUME III

Procedimentos Especiais

Com Objetivo Prático

3ª Edição – Revista e Atualizada até a Lei 14.195/2021

Curitiba
Juruá Editora
2022

Visite nossos *sites* na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: editora@jurua.com.br

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Jurua Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-85-362-9536-7



Brasil – R. Flávio Dallegrove, 7.665 – São Lourenço – Fone: (41) 4009-3900
CEP: 82.210-310 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 Fone: (351) 223 710 600
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: Luiz Augusto de Oliveira Junior

Alvim, J. E. Carreira.

A475 Manual de processo civil: procedimentos especiais com objetivo prático./ J. E. Carreira Alvim./ 3. ed. rev. atual. até a Lei 14.195/2021./ Curitiba: Jurua, 2022.
576 p. – v. 3

1. Processo civil. 2. Ação de consignação. 3. Ações possessórias. 4. Procedimentos especiais. I. Título.

CDD 347 (22.ed)
CDU 347.9

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

SUMÁRIO

Capítulo 1 – AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO	17
1 PAGAMENTO EM CONSIGNAÇÃO	17
1.1 Consignação Extrajudicial em Pagamento.....	19
1.2 Liberação da Obrigação	21
1.3 Propositura da Ação de Consignação em Pagamento.....	22
1.4 Levantamento do Depósito	23
1.5 Lugar da Consignação em Pagamento	24
1.6 Consignação de Prestações Sucessivas	25
1.7 Requisitos da Petição Inicial.....	27
1.8 Consignação de Coisa Indeterminada.....	29
1.9 Matéria de Contestação.....	31
1.10 Insuficiência e Complementação de Depósito	34
1.11 Revelia na Ação Consignatória.....	36
1.12 Procedência do Pedido e Extinção do Processo.....	36
1.13 Dúvida Sobre Quem Deva Receber	39
1.14 Procedimentos Diversificados na Consignação	39
1.15 Norma de Interpenetração.....	41
Capítulo 2 – AÇÃO DE EXIGIR CONTAS	43
2 AÇÃO DE EXIGIR CONTAS	43
2.1 Legitimação para Acionar e Contestar.....	44
2.2 Conteúdo da Petição Inicial	44
2.3 Prestação de Contas pelo Réu e Contraditório.....	49
2.4 Forma de Impugnação das Contas Apresentadas pelo Réu.....	50
2.5 Julgamento Antecipado do Mérito.....	51
2.6 Procedência da Ação de Exigir Contas.....	51
2.7 Apresentação das Contas pelo Réu ou pelo Autor	53
2.8 Forma da Prestação das Contas pelo Réu	55
2.9 Impugnação das Contas pelo Autor e Apresentação de Documentos pelo Réu.....	56
2.10 Apresentação das Contas pelo Autor	57
2.11 Apuração de Saldo na Sentença.....	57

2.12	Prestação de Contas no Inventário, na Tutela, na Curatela etc ..	58
Capítulo 3 – AÇÕES POSSESSÓRIAS		
3	AÇÕES POSSESSÓRIAS E PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE	61
3.1	Citação no Litisconsórcio Multitudinário	63
3.2	Ampla Publicidade da Demanda Possessória	65
3.3	Cumulação de Pedidos	65
3.4	“Pedido Contraposto” de Proteção Possessória	67
3.5	Vedação de Ação Dominial na Pendência da Possessória	68
3.6	Posse Nova, Posse Velha e Procedimento	70
3.7	Prestação de Caução ou Depósito da Coisa Litigiosa	71
3.8	Manutenção e Reintegração de Posse	72
3.9	Requisitos da Petição Inicial Possessória	76
3.10	Concessão de Liminar sem ou com Justificação Prévia	77
3.11	Prévia Audiência da Pessoa de Direito Público	80
3.12	Mandado de Manutenção ou de Reintegração	81
3.13	Prazo para Contestação e Justificação Prévia	81
3.14	Litígio Coletivo pela Posse do Imóvel	83
3.15	Audiência Prévia de Mediação	84
3.16	Segunda Audiência de Mediação	86
3.17	Intervenção do Ministério Público	87
3.18	Litígio sobre Propriedade Imóvel	88
3.19	Aplicação do Procedimento Comum	88
3.20	Interdito Proibitório	89
3.21	Regras Aplicáveis ao Interdito Proibitório	91
Capítulo 4 – AÇÃO DE DEMARCAÇÃO E DE DIVISÃO DE TERRAS PARTICULARES		
4	DISPOSIÇÕES GERAIS	93
4.1	Cumulação de Ações	95
4.2	Demarcação e Divisão Extrajudiciais	96
4.3	Fixação da Linha de Demarcação e Invasão de Linhas Limitrofes	96
4.4	Procedimento na Ação Vindicatória	98
4.5	Imóvel Georreferenciado	100
4.6	Requisitos da Petição Inicial na Ação Demarcatória	101
4.7	Legitimidade para a Ação Demarcatória	105
4.8	Citação dos Réus na Demarcatória	106
4.9	Prazo para Contestação e Revelia	107
4.10	Observância do Procedimento Comum	109
4.11	Inocorrência de Revelia na Demarcatória	109
4.12	Produção de Prova Pericial antes da Sentença	110
4.13	Apresentação do Laudo Pericial e Impugnação	111

4.14	Traçado da Linha Demarcanda e Restituição de Área Invadida	112
4.15	Demarcação e Colocação de Marcos	117
4.16	Elaboração das Plantas.....	117
4.17	Colocação de Marcos no Terreno	120
4.18	Exame dos Marcos e Rumos da Demarcação	121
4.19	Auto de Demarcação e Contraditório	121
4.20	Sentença Homologatória da Demarcação	122
4.21	Requisitos da Petição Inicial na Ação Divisória	123
4.22	Citação e Procedimento Comum	127
4.23	Medição do Imóvel e Operações de Campo	128
4.24	Apresentação de Título e Pedido de Quinhão	130
4.25	Divisão Geodésica do Imóvel e Decisão sobre a Formação dos Quinhões	132
4.26	Benfeitorias Atingidas pela Linha do Perímetro.....	133
4.27	Restituição de Terrenos Despojados	135
4.28	Laudo sobre a Forma de Divisão	136
4.29	Decisão de Deliberação da Partilha	136
4.30	Organização do Memorial Descritivo	139
4.31	Lavratura e Conteúdo do Auto de Divisão.....	140
4.32	Conteúdo da Folha de Pagamento.....	140
4.33	Sentença Homologatória da Divisão.....	141
4.34	Regras de Integração.....	141
Capítulo 5 – AÇÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE.....		143
5	DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE	143
5.1	Objeto da Ação de Dissolução Parcial de Sociedade	144
5.2	Petição Inicial da Ação Dissolutiva	146
5.3	Legitimação Ativa	148
5.4	Legitimação Passiva	150
5.5	Pedido “Contraposto” de Indenização	152
5.6	Concordância com a Dissolução Parcial.....	152
5.7	Contestação e Observância do Procedimento Comum	153
5.8	Crerios na Apuração de Haveres Sociais	158
5.9	Data da Resolução da Sociedade	159
5.10	Determinação do Valor Patrimonial da Empresa.....	161
5.11	Revisão da Data da Resolução e do Critério de Apuração de Haveres	162
5.12	Pagamento de Haveres.....	162
Capítulo 6 – INVENTÁRIO E PARTILHA		165
6	INVENTÁRIO E PARTILHA	165
6.1	Inventário e Partilha Extrajudiciais.....	166

6.2	Prazo para Abertura e Término do Inventário	168
6.3	Remessa para as Vias Ordinárias.....	170
6.4	Administrador Provisório e Representação do Espólio	171
6.5	Legitimidade para Requerer o Inventário	175
6.6	Legitimidade Concorrente para Requerer o Inventário.....	177
6.7	Requerimento de Instauração do Inventário	181
6.8	Legitimação para ser Inventariante.....	183
6.9	Incumbências do Inventariante	186
6.10	Primeiras Declarações	193
6.11	Sonegação de Bens pelo Inventariante	199
6.12	Remoção do Inventariante	200
6.13	Citação para o Inventário e Partilha.....	206
6.14	Manifestação das Partes sobre as Primeiras Declarações	209
6.15	Preterição de Herdeiro no Inventário	214
6.16	Valor dos bens Informado pela Fazenda Pública.....	217
6.17	Avaliação dos Bens do Espólio.....	218
6.18	Dispensa de Avaliação e Concordância Parcial.....	221
6.19	Laudo de Avaliação e Manifestação das Partes	222
6.20	Últimas Declarações	225
6.21	Cálculo do Tributo e Julgamento do Cálculo.....	226
6.22	Conferência à Colação.....	230
6.23	Herdeiro Renunciante ou Excluído da Herança.....	231
6.24	Negativa de Recebimento ou de Conferir os Bens.....	233
6.25	Pagamento das Dívidas.....	235
6.26	Reserva de Bens para Pagamento do Credor	240
6.27	Pagamento de Dívida não Vencida.....	242
6.28	Manifestação dos Legatários	244
6.29	Nomeação de Bens à Penhora.....	245
6.30	Deliberação de Partilha e Regras de Ordenação	246
6.31	Regras a Serem Observadas na Partilha.....	249
6.32	Herança do Nascituro	250
6.33	Esboço de Partilha e Regras de Ordenação.....	251
6.34	Lançamento da Partilha nos Autos	254
6.35	Auto de Orçamento e Folha de Pagamento.....	256
6.36	Julgamento da Partilha.....	258
6.37	Formal ou Certidão de Partilha.....	260
6.38	Emenda da Partilha	262
6.39	Ação Anulatória de Partilha Amigável.....	264
6.40	Ação Rescisória de Partilha	267
Capítulo 7 – ARROLAMENTO		271
7	PARTILHA AMIGÁVEL.....	271

7.1	Arrolamento Sumário	274
7.2	Questões não Apreciáveis no Arrolamento.....	277
7.3	Reserva de Bens para Pagamento de Dívida.....	279
7.4	Inventário na Forma de Arrolamento.....	280
7.5	Dispensa de Inventário ou Arrolamento	285
7.6	Regra de Interpenetração	286
7.7	Tutela Provisória no Inventário e no Arrolamento	286
7.8	Sobrepartilha de Bens no Inventário ou no Arrolamento.....	288
7.9	Curador Especial no Processo de Inventário ou Arrolamento.....	292
7.10	Cumulação de Inventários ou Arrolamentos.....	293
Capítulo 8 – AÇÃO DE EMBARGOS DE TERCEIRO		297
8	AÇÃO DE EMBARGOS DE TERCEIRO	297
8.1	Modalidades de Embargos de Terceiro.....	300
8.2	Legitimação Ativa nos Embargos de Terceiro.....	301
8.3	Legitimação Passiva na ação de Embargos.....	304
8.4	Prazo para Interposição de Embargos.....	304
8.5	Terceiro com Interesse em Embargar	306
8.6	Competência para Julgar os Embargos de Terceiro	307
8.7	Prova Sumária da Posse e da Qualidade de Terceiro.....	308
8.8	Suspensão das Medidas Constritivas	310
8.9	Contestação nos Embargos de Terceiro	312
8.10	Embargos de Terceiro do Credor com Garantia Real.....	314
8.11	Cancelamento do Ato de Constrição Judicial	317
Capítulo 9 – AÇÃO DE OPOSIÇÃO		319
9	AÇÃO DE OPOSIÇÃO	319
9.1	Petição Inicial da Oposição.....	320
9.2	Prazo para Contestação Dobrado	322
9.3	Reconhecimento da Procedência do Pedido por um dos Opostos	325
9.4	Procedimento da Oposição e Sentença Única.....	325
9.5	Suspensão do Processo e Oposição.....	326
9.6	Julgamento Simultâneo da Ação Originária e da Oposição.....	327
Capítulo 10 – HABILITAÇÃO.....		329
10	HABILITAÇÃO NO PROCESSO	329
10.1	Legitimação para a Habilitação	330
10.2	Procedimento na Habilitação	331
10.3	Petição de Habilitação e Prazo para Resposta	332
10.4	Necessidade de Dilação Probatória.....	335
10.5	Trânsito em Julgado da Sentença.....	336

Capítulo 11 – AÇÕES DE FAMÍLIA	339
11 AÇÃO DE FAMÍLIA	339
11.1 Ação Sobre Alimentos e Interesse de Criança ou Adolescente	342
11.2 Solução Consensual da Controvérsia.....	346
11.3 Mediação Extrajudicial e Atendimento Multidisciplinar.....	347
11.4 Procedimento nas Ações de Família.....	348
11.5 Formalidades da Citação.....	348
11.6 Audiência de Mediação e de Conciliação	350
11.7 Observância do Procedimento Comum	351
11.8 Intervenção do Ministério Público	352
11.9 Abuso ou Alienação Parental.....	352
Capítulo 12 – AÇÃO MONITÓRIA	355
12 AÇÃO MONITÓRIA	355
12.1 Pagamento de Quantia em Dinheiro	356
12.2 Entrega de Coisa ou de Bem.....	360
12.3 Adimplemento de Obrigação de Fazer ou de não Fazer	363
12.4 Prova Escrita e Prova Produzida por Antecipação.....	365
12.5 Requisitos da Petição Inicial.....	365
12.6 Valor da Causa Monitória.....	366
12.7 Indeferimento da Petição Inicial	366
12.8 Emenda da Petição Inicial.....	368
12.9 Monitória em Face da Fazenda Pública	369
12.10 Modos de Citação na Monitória.....	369
12.11 Mandado de Pagamento, de Entrega ou de Adimplemento	370
12.12 Isenção de Custas Processuais	373
12.13 Constituição do Título Executivo Judicial	374
12.14 Cabimento de Ação Rescisória	376
12.15 Remessa Necessária.....	376
12.16 Pagamento Parcelado do Débito	377
12.17 Embargos à Ação Monitória	378
12.18 Matéria Alegável nos Embargos.....	379
12.19 Ônus do Embargante no Excesso de Cobrança.....	380
12.20 Suspensão da Eficácia do Mandado Monitório.....	382
12.21 Prazo para Responder aos Embargos.....	383
12.22 Reconvenção à Ação Monitória.....	384
12.23 Parcela Incontroversa não Embargada.....	385
12.24 Rejeição dos Embargos Monitórios.....	385
12.25 Recurso de Apelação	389
12.26 Condenação por Ação Monitória Proposta de Má-fé.....	389
12.27 Condenação por Embargos Monitórios de Má-fé.....	390

Capítulo 13 – HOMOLOGAÇÃO DE PENHOR LEGAL	391
13 REQUISITOS DA PETIÇÃO INICIAL.....	391
13.1 Homologação Extrajudicial de Penhor Legal e Procedimento	396
13.2 Defesa na Homologação de Penhor	397
13.3 Procedimento Comum e Sentença	399
13.4 Homologação Judicial do Penhor	399
13.5 Recurso da Sentença de Homologação de Penhor.....	401
Capítulo 14 – REGULAÇÃO DE AVARIA GROSSA.....	403
14 REGULAÇÃO DE AVARIA GROSSA	403
14.1 Falta de Consenso na Nomeação do Regulador de Avarias.....	405
14.2 Rateio dos Danos na Avaria Grossa e Garantias para Liberação da Carga.....	406
14.3 Discordância da Abertura de Avaria Grossa.....	407
14.4 Depósito Judicial ou Garantia Bancária.....	408
14.5 Alienação Judicial da Carga	409
14.6 Despesas da Alienação a Cargo do Consignatário.....	409
14.7 Prazo para Apresentação de Documentos.....	410
14.8 Regulamento da Avaria Grossa	411
14.9 Vista do Regulamento às Partes e Homologação por Sentença	411
14.10 Impugnação do Regulamento, Oitiva do Regulador e Decisão do Juiz	412
14.11 Aplicação ao Regulador de Avarias das Regras Sobre o Perito	412
Capítulo 15 – RESTAURAÇÃO DE AUTOS.....	415
15 RESTAURAÇÃO DE AUTOS	415
15.1 Legitimação para Pedir Restauração de Autos	416
15.2 Requisitos da Petição Inicial.....	418
15.3 Procedimento na Restauração	420
15.4 Perda dos Autos após a Instrução Oral.....	424
15.5 Julgamento da Restauração	425
15.6 Restauração de Autos no Tribunal	428
15.7 Responsabilidade pela Restauração.....	430
Capítulo 16 – PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA	433
16 DISPOSIÇÕES GERAIS	433
16.1 Petição Inicial.....	434
16.2 Partícipes do Procedimento Voluntário.....	435
16.3 Intervenção da Fazenda Pública.....	436
16.4 Julgamento de Equidade	436

16.5	Sentença e Apelação.....	438
16.6	Normas de Integração.....	438
Capítulo 17	– NOTIFICAÇÃO E INTERPELAÇÃO.....	443
17	NOTIFICAÇÃO E INTERPELAÇÃO.....	443
17.1	Notificação ou Interpeção por Edital.....	446
17.2	Protesto Judicial.....	447
17.3	Interpeção em Vez de Notificação.....	449
17.4	Contraditório na Notificação e Publicação de Editais.....	450
17.5	Entrega dos Autos ao Requerente.....	451
Capítulo 18	– ALIENAÇÃO JUDICIAL.....	453
18	ALIENAÇÃO JUDICIAL.....	453
Capítulo 19	– DIVÓRCIO E SEPARAÇÃO CONSENSUAIS, EXTINÇÃO CONSENSUAL DE UNIÃO ESTÁVEL E ALTERAÇÃO DO REGIME DE BENS NO MATRIMÔNIO.....	457
19	PETIÇÃO INICIAL DE HOMOLOGAÇÃO DE DIVÓRCIO OU SEPARAÇÃO CONSENSUAL.....	457
19.1	Homologação da Extinção Consensual de União Estável.....	462
19.2	Divórcio, Separação e Extinção Consensuais por Escritura Pública.....	463
19.3	Alteração do Regime de Bens do Matrimônio.....	466
19.4	Procedimento Judicial na Alteração de Regime de Bens.....	469
Capítulo 20	– TESTAMENTOS E CODICILOS.....	471
20	CUMPRIMENTO DE TESTAMENTO CERRADO.....	471
20.1	Cumprimento de Testamento Público.....	475
20.2	Publicação de Testamento Particular.....	477
20.3	Cumprimento de Codicilo e de Testamentos Especiais.....	479
Capítulo 21	– HERANÇA JACENTE.....	481
21	ARRECADAÇÃO DE HERANÇA JACENTE.....	481
21.1	Curador da Herança Jacente.....	483
21.2	Deveres do Curador.....	483
21.3	Arrolamento dos Bens em Auto Circunstanciado.....	485
21.4	Diligências da Arrecadação.....	486
21.5	Dispensa ou Suspensão da Arrecadação de Bens.....	487
21.6	Prazo para Habilitação de Sucessores e Declaração de Vacância.....	488
21.7	Habilitação de Herdeiro e Qualidade de Testamenteiro.....	490
21.8	Habilitação dos Credores da Herança.....	491
21.9	Alienação Antecipada de Bens.....	491

21.10	Declaração de Vacância da Herança.....	493
21.11	Reclamação do Direito por Ação Direta	494
Capítulo 22	– DOS AUSENTES.....	495
22	DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA	495
22.1	Convocação do Ausente, Sucessão Provisória e Sucessão Definitiva.....	497
22.2	Reclamação dos Bens e Procedimento Comum	500
Capítulo 23	– COISAS VAGAS.....	501
23	CONCEITO DE COISA VAGA	501
23.1	Entrega de Coisa Vaga	501
23.2	Procedimento na Entrega de Coisa Vaga.....	503
Capítulo 24	– INTERDIÇÃO	505
24	LEGITIMIDADE PARA PROMOVER A INTERDIÇÃO.....	505
24.1	Requisitos da Petição Inicial.....	509
24.2	Audiência de Entrevista.....	511
24.3	Emprego de Recursos Tecnológicos.....	514
24.4	Oitiva de Parentes e Pessoas Próximas	514
24.5	Impugnação do Pedido de Interdição.....	514
24.6	Produção de Prova Pericial.....	516
24.7	Exame Pericial por Equipe Multidisciplinar	518
24.8	Necessidade de Curatela Indicada pelo Laudo	519
24.9	Conclusão da Instrução.....	519
24.10	Ultimação da Instrução e Sentença	520
24.11	Conteúdo da Sentença de Interdição	521
24.12	Levantamento da Curatela.....	524
24.13	Levantamento Parcial da Curatela.....	528
24.14	Incapaz sob a Guarda do Curatelado.....	528
24.15	Tratamento e Apoio ao Interdito	529
24.16	Termo de Compromisso em Livro Próprio.....	529
24.17	Administração dos Bens do Tutelado ou Interditado.....	530
24.18	Escusa do Encargo.....	531
24.19	Remoção do Tutor ou do Curador.....	533
24.20	Suspensão do Tutor ou do Curador	536
24.21	Cessação das Funções de Tutor ou Curador e Recondução	537
24.22	Prestação de Contas pelo Tutor ou Curador.....	538
Capítulo 25	– ORGANIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DAS FUNDAÇÕES	539
25	INSTITUIÇÃO DA FUNDAÇÃO.....	539
25.1	Elaboração do Estatuto da Fundação e sua Aprovação	540
25.2	Decisão Judicial sobre o Estatuto da Fundação	541

25.3	Observância do Código Civil	543
25.4	Adaptação do Estatuto ao seu Objetivo.....	543
25.5	Extinção da Fundação	544
Capítulo 26 – RATIFICAÇÃO DOS PROTESTOS MARÍTIMOS E		
DOS PROCESSOS TESTEMUNHÁVEIS FORMADOS A BORDO		
	547
26	PROTESTO MARÍTIMO	547
26.1	Requisitos da Petição Inicial.....	549
26.2	Procedimento Judicial	551
26.3	Tradutor para Estrangeiros que não Dominem a Língua Portuguesa	
	552
26.4	Audiência de Instrução	554
26.5	Ratificação por Sentença do Protesto ou do Processo Testemunhável	
	555
REFERÊNCIAS		561
ÍNDICE REMISSIVO		565

J. E. Carreira Alvim

MANUAL DE PROCESSO CIVIL

VOLUME IV

Do Processo de Execução

Com Objetivo Prático

3ª Edição

Revista e Atualizada até a Lei 14.195/2021

Curitiba
Juruá Editora
2022

Visite nossos *sites* na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: editora@jurua.com.br

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-85-362-9764-4



Brasil R. Flávio Dallegre, 7.665 – São Lourenço – Fone: (41) 4009-3900 – CEP: 82.210-310 Curitiba Paraná – Brasil
Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 – Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: Luiz Augusto de Oliveira Junior

Alvim, J. E. Carreira.

A475 Manual de processo civil: do processo de execução com objetivo prático./ J. E. Carreira Alvim./ 3ª ed. rev. atual. até a Lei 14.195/2021./ Curitiba: Juruá, 2022.
536p. – v. 4

1. Processo civil. 2. Execuções (Direito). I. Título.

CDD 347(22.ed)
CDU 347.9

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

SUMÁRIO

Capítulo 1	EXECUÇÃO EM GERAL	13
1	PROCESSO DE EXECUÇÃO E APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO LIVRO I DA PARTE ESPECIAL.....	13
1.1	Poderes do Juiz na Execução.....	15
1.2	Informações, Documentos e Dados Sigilosos	17
1.3	Atentado à Dignidade da Justiça	17
1.4	Desistência Total ou Parcial da Execução.....	22
1.5	Danos Decorrentes da Execução Indevida	25
1.6	Cobrança de Multa ou Indenizações.....	26
Capítulo 2	PARTES NA EXECUÇÃO	29
2	LEGITIMAÇÃO ATIVA NA EXECUÇÃO.....	29
2.1	Sucessão na Execução	30
2.2	Legitimação Passiva.....	33
2.3	Cumulação de Execuções.....	37
Capítulo 3	COMPETÊNCIA NA EXECUÇÃO	41
3	FORO DA EXECUÇÃO	41
3.1	Prática de Atos Executivos.....	45
3.2	Inscrição no Cadastro de Inadimplentes e Cancelamento	48
3.3	Cadastro de Inadimplentes no Cumprimento de Título Judicial.....	49
Capítulo 4	REQUISITOS PARA REALIZAR QUALQUER EXECUÇÃO ...	51
4	TÍTULO EXECUTIVO.....	51
4.1	Espécies de Títulos Executivos Extrajudiciais.....	52
4.2	Título Executivo Extrajudicial e Processo de Conhecimento.....	63

4.3	Exigibilidade da Obrigação Constante do Título Executivo	65
4.4	Satisfação da Prestação Mediante Contraprestação.....	66
Capítulo 5	RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL	71
5	RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL.....	71
5.1	Bens Sujeitos à Execução	72
5.2	Proprietário de Terreno Superficiário.....	76
5.3	Fraude à Execução.....	81
5.4	Ineficácia da Alienação em Fraude à Execução	85
5.5	Ônus do Adquirente de Bem Não Sujeito a Registro	87
5.6	Fraude à Execução na Desconsideração da Personalidade Jurídica	88
5.7	Intimação do Terceiro Adquirente.....	91
5.8	Excussão da Coisa Dada em Garantia	92
5.9	Benefício de Ordem ou de Excussão em Favor do Fiador	93
5.10	Benefício de Ordem ou de Excussão em Favor do Sócio.....	99
5.11	Responsabilidade por Dívidas do Espólio	101
Capítulo 6	DIVERSAS ESPÉCIES DE EXECUÇÃO	105
6	DIREITO DE PREFERÊNCIA	105
6.1	Incumbências do Exequente	110
6.2	Ainda as Incumbências do Exequente	116
6.3	Obrigações Alternativas e Direito de Escolha.....	126
6.4	Correção da Petição Inicial	130
6.5	Interrupção da Prescrição	132
6.6	Nulidade da Execução	136
6.7	Ineficácia da Alienação de Bem Gravado	140
6.8	Execução Menos Gravosa para o Executado.....	145
Capítulo 7	EXECUÇÃO PARA ENTREGA DE COISA	149
7	OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR COISA CERTA	149
7.1	Entrega da Coisa pelo Executado	156
7.2	Coisa Litigiosa em Poder de Terceiro	159
7.3	Conversão da Obrigação de Entregar Coisa em Perdas e Danos...	162
7.4	Indenização por Benfeitorias	165
7.5	Entrega de Coisa Incerta.....	167
7.6	Impugnação na Escolha de Coisa Incerta	171
7.7	Regras de Interpenetração	173

Capítulo 8	EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E DE NÃO FAZER	177
8	DISPOSIÇÕES COMUNS DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E DE NÃO FAZER	177
8.1	Execução de Obrigação de Fazer	180
8.2	Execução à Custa do Executado e Conversão em Perdas e Danos..	186
8.3	Realização da Obrigação por Terceiro	189
8.4	Procedimento na Obrigação de Fazer	192
8.5	Prestação Obrigacional Incompleta ou Defeituosa.....	193
8.6	Prestação Realizada pelo Exequente	199
8.7	Conversão da Obrigação Pessoal do Executado em Perdas e Danos..	200
8.8	Cumprimento de Obrigação de Não Fazer	202
8.9	Desfazimento do Ato e Perdas e Danos.....	207
Capítulo 9	EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA	211
9	OBJETIVO DA EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA	212
9.1	Expropriação de Bens do Devedor	215
9.2	Remição da Execução	218
9.3	Honorários Advocatícios na Execução	221
9.4	Averbação da Execução no Registro Público	223
9.5	Procedimento na Execução.....	227
9.6	Arresto Judicial	230
9.7	Objeto da Penhora	233
9.8	Bens Sujeitos à Execução.....	233
9.9	Bens Absolutamente Impenhoráveis	235
9.10	Bens Relativamente Impenhoráveis	246
9.11	Ordem a Ser Observada na Penhora	247
9.12	Substituição da Penhora	253
9.13	Execução de Crédito com Garantia Real	254
9.14	Quando Não se Levará a Efeito a Penhora	257
9.15	Nomeação de Depositário Provisório	258
9.16	Penhora e Averbação por Meio Eletrônico.....	259
9.17	Auto ou Termo de Penhora.....	259
9.18	Formalidades da Penhora	262
9.19	Preferência no Depósito de Bens	263
9.20	Intimação da Penhora ao Executado	267

9.21	Intimação do Cônjuge do Executado.....	270
9.22	Bem Indivisível e Meação do Cônjuge.....	271
9.23	Preferência na Arrematação do Bem	272
9.24	Quando Não se Fará a Expropriação	273
9.25	Averbação do Arresto ou da Penhora no Registro Competente	274
9.26	Lugar da Realização da Penhora	275
9.27	Ordem de Arrombamento e Força Policial	277
9.28	Substituição pelo Executado do Bem Penhorado	281
9.29	Substituição da Penhora e Anuência do Cônjuge.....	285
9.30	Casos de Substituição de Penhora	287
9.31	Lavratura de Novo Termo de Penhora	289
9.32	Extensão da Penhora	290
9.33	Segunda Penhora	291
9.34	Alienação Antecipada de Bens Penhorados	293
9.35	Penhora de Dinheiro em Depósito ou em Aplicação Financeira ...	296
9.36	Penhora de Crédito do Executado	303
9.37	Penhora de Direito e Ação do Executado.....	310
9.38	Penhora de Créditos Periódicos.....	313
9.39	Penhora de Direito a Prestação ou Restituição de Coisa Deter- minada.....	316
9.40	Penhora por Averbação nos Autos	317
9.41	Penhora de Quotas ou Ações de Sociedade.....	320
9.42	Penhora de Empresa, de Outros Estabelecimentos e de Semo- ventes	326
9.43	Penhora de Edifício em Construção	329
9.44	Penhora de Empresa Concedida ou Autorizada.....	330
9.45	Penhora de Navio ou Aeronave.....	332
9.46	Meio para Efetivação do Crédito.....	334
9.47	Penhora de Percentual de Faturamento de Empresa.....	334
9.48	Penhora de Frutos e Rendimentos de Coisa Móvel ou Imóvel.....	338
9.49	Eficácia da Penhora em Relação a Terceiro	339
9.50	Procedimento na Penhora de Frutos e Rendimentos	342
9.51	Avaliação dos Bens Penhorados.....	346
9.52	Dispensa de Avaliação	348
9.53	Dúvida do Juiz Quanto ao Valor do Bem.....	351
9.54	Avaliação pelo Oficial de Justiça	351
9.55	Nova Avaliação.....	353

9.56	Redução e Ampliação da Penhora	356
9.57	Adjudicação de Bens Penhorados	359
9.58	Lavratura do Auto de Adjudicação.....	364
9.59	Remição de Bem Hipotecado	366
9.60	Frustração na Alienação de Bens	368
9.61	Alienação do Bem Penhorado	370
9.62	Procedimento na Alienação Particular	371
9.63	Alienação em Leilão Judicial	374
9.64	Leilão Judicial Eletrônico e Leilão Presencial.....	376
9.65	Designação do Leiloeiro Público.....	378
9.66	Incumbências do Leiloeiro	378
9.67	Estipulação de Preço Mínimo na Alienação	380
9.68	Formalidades do Leilão Judicial.....	382
9.69	Ampla Divulgação na Alienação	384
9.70	Penalidade por Falhas na Alienação.....	387
9.71	Formalidades da Alienação Judicial.....	387
9.72	Legitimação para Lançar no Leilão.....	394
9.73	Preço Vil na Arrematação	396
9.74	Pagamento do Preço da Arrematação.....	398
9.75	Leilão Composto de Diversos Bens.....	400
9.76	Alienação de Parte do Imóvel.....	401
9.77	Aquisição de Bem Penhorado em Prestações.....	402
9.78	Leilão de Imóvel de Incapaz.....	408
9.79	Inadimplência do Arrematante ou Fiador.....	412
9.80	Pagamento Feito pelo Fiador.....	412
9.81	Suspensão da Arrematação e seu Prosseguimento	413
9.82	Conteúdo do Auto de Arrematação	414
9.83	Leilão de Bem Hipotecado.....	418
9.84	Vicissitudes da Arrematação	420
Capítulo 10	SATISFAÇÃO DO CRÉDITO NA EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA.....	431
10	SATISFAÇÃO DO CRÉDITO EXEQUENDO	431
10.1	Levantamento do Depósito pelo Exequente	432
10.2	Quitação da Quantia Paga	435
10.3	Preferências no Recebimento do Crédito	436

Capítulo 11	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA.....	441
11	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA.....	441
11.1	Expedição de Precatório.....	443
11.2	Matéria Dedutível nos Embargos.....	457
11.3	Aplicação Subsidiária de Normas.....	457
Capítulo 12	EXECUÇÃO DE ALIMENTOS.....	459
12	EXECUÇÃO DE ALIMENTOS.....	459
12.1	Aplicação Subsidiária de Normas Processuais.....	462
12.2	Prisão Civil do Executado.....	463
12.3	Cumprimento da Pena.....	464
12.4	Suspensão do Cumprimento da Pena.....	465
12.5	Desconto em Folha de Pagamento.....	466
12.6	Execução de Alimentos Mediante Expropriação.....	468
Capítulo 13	EMBARGOS À EXECUÇÃO.....	471
13	EMBARGOS À EXECUÇÃO.....	471
13.1	Embargos na Execução por Carta Precatória.....	474
13.2	Prazo para Embargos à Execução.....	475
13.3	Reconhecimento do Crédito do Exequente.....	478
13.4	Matéria Arguível nos Embargos.....	484
13.5	Rejeição Liminar dos Embargos.....	493
13.6	Efeito Suspensivo dos Embargos.....	496
13.7	Impugnação aos Embargos.....	500
Capítulo 14	SUSPENSÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO.....	503
14	SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO.....	503
14.1	Suspensão da Execução por Convenção das Partes.....	511
14.2	Providências Urgentes na Execução Suspensa.....	512
Capítulo 15	EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO.....	515
15	EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO.....	515
15.1	Efeito da Extinção.....	518
REFERÊNCIAS.....		519
ÍNDICE REMISSIVO.....		523

J. E. Carreira Alvim

MANUAL DE PROCESSO CIVIL

VOLUME V

**Processos nos Tribunais e
Meios de Impugnação**

Com Objetivo Prático

3ª Edição

Revista e Atualizada até a Lei 14.195/2021

Curitiba
Juruá Editora
2022

Visite nossos *sites* na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: *editora@jurua.com.br*

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Jurua Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-85-362-9751-4

JURUA
EDITORA

Brasil R. Flávio Dallegrove, 7.665 São Lourenço – Fone: (41) 4009-3900
CEP: 82.210-310 Curitiba Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: Luiz Augusto de Oliveira Junior

A475 Alvim, J. E. Carreira.
Manual de processo civil: processos nos tribunais e meios de impugnação com objetivo prático./ J. E. Carreira Alvim./ 3ª ed. rev. atual. até a Lei 14.195/2021./ Curitiba: Jurua, 2022.
568p. v. 5

1. Processo civil. 2. Impugnação. 3. Ação rescisória.
4. Ação anulatória. I. Título.

CDD 347(22.ed)
CDU 347.9

SUMÁRIO

Capítulo 1 – PROCESSOS NOS TRIBUNAIS	17
1 UNIFORMIZAÇÃO E ESTABILIDADE DA JURISPRUDÊNCIA.....	17
1.1 Julgamento de Casos Repetitivos.....	32
1.2 Registro dos Autos no Tribunal.....	33
1.3 Distribuição dos Autos no Tribunal.....	34
1.4 Prevenção de Competência na Esfera Recursal.....	36
1.5 Conclusão dos Autos ao Relator.....	36
1.6 Incumbências do Relator.....	38
1.7 Fato Superveniente à Decisão ou à Questão Apiciável de Ofício....	48
1.8 Procedimento Recursal.....	54
1.9 Ordem de Julgamento dos Processos.....	57
1.10 Sessão de Julgamento e sua Dinâmica.....	58
1.11 Questão Preliminar, Vícios Sanáveis e Produção de Prova.....	63
1.12 Resolução de Questão Preliminar e de Mérito do Recurso.....	68
1.13 Pedido de Vista dos Autos.....	70
1.14 Redação do Acórdão e Voto Vencido.....	73
1.15 Embargos Automáticos ou de Ofício.....	76
1.16 Extensão dos Embargos Automáticos ou de Ofício.....	79
1.17 Registro Eletrônico, Ementa e Publicação do Acórdão.....	81
1.18 Julgamento do Agravo de Instrumento Antes da Apelação.....	85
Capítulo 2 – INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA	89
2 ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA E RECURSO “ <i>PER SALTUM</i> ”.....	89
2.1 Julgamento da Assunção de Competência.....	91
2.2 Extensão do Acórdão em Assunção de Competência.....	93
2.3 Prevenção ou Composição de Divergências Entre Órgãos do Mes- mo Tribunal.....	94

Capítulo 3 – INCIDENTE DE ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE	97
3 ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE	97
3.1 Rejeição e Acolhimento da Arguição de Inconstitucionalidade....	105
3.2 Julgamento da Arguição de Inconstitucionalidade	107
Capítulo 4 – CONFLITO DE COMPETÊNCIA	111
4 LEGITIMAÇÃO PARA SUSCITAR CONFLITO DE COMPETÊNCIA ..	111
4.1 Proibição de Suscitar Conflito	114
4.2 Formas de Suscitar o Conflito	117
4.3 Contraditório Entre os Juízes.....	117
4.4 Medidas Urgentes no Conflito de Competência.....	118
4.5 Apresentação do Conflito em Sessão	121
4.6 Decisão do Conflito de Competência	122
4.7 Conflito de Competência nos Tribunais	123
4.8 Conflito de Atribuições	124
Capítulo 5 – HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA E CONCESSÃO DO <i>EXEQUATUR</i> À CARTA ROGATÓRIA.....	127
5 HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA	127
5.1 Eficácia da Decisão Estrangeira	130
5.2 Sentença de Divórcio Consensual Independe de Homologação ...	132
5.3 Decisão Estrangeira Sobre Medida de Urgência	133
5.4 Requisitos da Homologação	135
5.5 Competência Exclusiva da Justiça Brasileira	138
5.6 Competência para Cumprimento de Decisão Estrangeira	139
Capítulo 6 – AÇÃO RESCISÓRIA E AÇÃO ANULATÓRIA.....	143
6 FUNDAMENTO DA AÇÃO RESCISÓRIA	143
6.1 Configuração de Erro de Fato.....	158
6.2 Rescisão de Decisão que Não Seja de Mérito	160
6.3 Rescisão de Capítulo da Decisão	162
6.4 Ação Anulatória	163
6.5 Ação Rescisória Baseada em Enunciado de Súmula	167
6.6 Legitimação Ativa e Passiva	169
6.7 Requisitos da Petição Inicial	174

6.8	Indeferimento da Petição Inicial.....	183
6.9	Improcedência Liminar do Pedido Rescisório.....	184
6.10	Ocorrência de Decadência ou de Prescrição.....	184
6.11	Incompetência do Tribunal e Emenda da Petição Inicial.....	186
6.12	Remessa dos Autos ao Tribunal Competente.....	188
6.13	Cumprimento da Decisão Rescindenda e Tutela Provisória.....	188
6.14	Citação e Defesa na Rescisória.....	190
6.15	Procedimento da Ação Rescisória.....	194
6.16	Instrução da Causa.....	196
6.17	Julgamento da Demanda Rescisória.....	200
6.18	Decadência na Ação Rescisória.....	203
Capítulo 7	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS.....	211
7	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS.....	211
7.1	Intervenção Obrigatória do Ministério Público.....	215
7.2	Inadmissão do Incidente e sua Renovação.....	216
7.3	Incabimento do Incidente.....	216
7.4	Dispensa de Custas Processuais.....	217
7.5	Procedimento do Incidente.....	217
7.6	Instrução do Ofício ou Petição do Incidente.....	219
7.7	Competência para Julgar o Incidente.....	219
7.8	Competência por Extensão do Julgamento do Incidente.....	220
7.9	Divulgação e Publicidade do Incidente.....	221
7.10	Registro Eletrônico das Teses Jurídicas.....	221
7.11	Julgamento de Recursos Repetitivos e da Repercussão Geral.....	222
7.12	Julgamento do Incidente.....	223
7.13	Distribuição do Incidente e Juízo de Admissibilidade.....	224
7.14	Incumbências do Relator.....	226
7.15	Comunicação da Suspensão aos Órgãos Jurisdicionais Competentes.....	227
7.16	Tutela de Urgência Durante a Suspensão dos Processos.....	227
7.17	Legitimados para Requerer a Suspensão dos Processos em Curso no País.....	228
7.18	Legitimação da Parte Independentemente dos Limites da Competência Territorial.....	229
7.19	Cessaçã o da Suspensão dos Processos.....	230

7.20	Instrução do Incidente e Intervenção de <i>Amicus Curiae</i>	230
7.21	Pedido do Relator de Dia para Julgamento	232
7.22	Ordem do Julgamento do Incidente.....	232
7.23	Extensão da Tese Jurídica do Incidente.....	234
7.24	Reclamação no Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas... 236	
7.25	Incidente Relativo a Prestação de Serviço Público.....	236
7.26	Revisão da Tese Jurídica	238
7.27	Recurso Extraordinário ou Especial	238
7.28	Presunção Geral da Questão Constitucional.....	239
Capítulo 8 – RECLAMAÇÃO		241
8	ORIGEM DA RECLAMAÇÃO	241
8.1	Natureza Jurídica da Reclamação.....	243
8.2	Legitimação Ativa para Reclamar	245
8.3	Competência para Julgamento da Reclamação.....	249
8.4	Instrução da Reclamação.....	250
8.5	Procedimento na Reclamação.....	250
8.6	Aplicação Indevida e Não Aplicação da Tese Jurídica.....	251
8.7	Inadmissibilidade da Reclamação ou do Recurso Interposto	251
8.8	Incumbências do Relator e Citação do Beneficiário da Decisão Impugnada.....	253
8.9	Contraditório na Reclamação	255
8.10	Intervenção do Ministério Público	256
8.11	Julgamento da Reclamação	257
8.12	Lavratura Posterior do Acórdão	258
8.13	Recursos e Ação Rescisória na Reclamação	259
Capítulo 9 – RECURSOS		261
9	ESPÉCIES DE RECURSO.....	261
9.1	Eficácia da Decisão Recorrida.....	262
9.2	Suspensão da Eficácia da Decisão Recorrida.....	264
9.3	Legitimação para Recorrer	265
9.4	Recurso Adesivo	267
9.5	Desistência do Recurso	270
9.6	Renúncia ao Recurso	272
9.7	Aceitação Expressa ou Tácita da Decisão	273
9.8	Irrecorribilidade dos Despachos	274

9.9	Recurso Total e Recurso Parcial.....	275
9.10	Contagem do Prazo para Recorrer.....	276
9.11	Procedimento Recursal.....	278
9.12	Recurso Remetido pelo Correio	279
9.13	Prazo para Interposição do Recurso	280
9.14	Sucessão no Recurso	281
9.15	Efeito Extensivo do Recurso e Litisconsórcio.....	283
9.16	Baixa dos Autos do Processo à Origem.....	285
9.17	Preparo do Recurso	287
9.18	Dispensa de Preparo do Recurso	289
9.19	Insuficiência do Valor do Preparo, Deserção e Suprimento da Falta..	289
9.20	Dispensa de Preparo em Autos Eletrônicos.....	291
9.21	Recolhimento em Dobro do Valor do Preparo	291
9.22	Relevação da Pena de Deserção	292
9.23	Equívoco no Preenchimento da Guia de Custas.....	293
9.24	Extensão do Julgamento do Tribunal	294
Capítulo 10 – APELAÇÃO		297
10	RECURSO DE SENTENÇA	297
10.1	Requisitos da Petição Recursal.....	300
10.2	Contrarrazões da Apelação Principal e Adesiva.....	306
10.3	Juízo de Admissibilidade da Apelação.....	309
10.4	Procedimento da Apelação.....	310
10.5	Casos de Efeito Suspensivo da Apelação	311
10.6	Apelação e Cumprimento Provisório da Sentença	316
10.7	Concessão de Efeito Suspensivo à Apelação e Requisitos de Cabi- mento	316
10.8	Extensão da Apelação	320
10.9	Julgamento “ <i>Per Saltum</i> ” do Recurso	321
10.10	Reforma da Sentença que Reconheça a Decadência ou a Pres- crição.....	334
10.11	Concessão ou Revogação da Tutela Provisória	336
10.12	Questões Proponíveis na Apelação	337
Capítulo 11 – AGRAVO DE INSTRUMENTO.....		341
11	DECISÕES AGRAVÁVEIS DE INSTRUMENTO	341
11.1	Forma de Interposição do Agravo	349

11.2	Instrução do Agravo de Instrumento	351
11.3	Sanação de Vício ou Complementação de Documentação.....	357
11.4	Agravo Interposto por Fac-símile ou Similar	358
11.5	Peças Dispensadas no Processo Eletrônico	359
11.6	Juízo de Retratação.....	359
11.7	Agravo em Autos Não Eletrônicos.....	362
11.8	Inadmissibilidade do Agravo de Instrumento.....	363
11.9	Procedimento do Agravo no Tribunal e Resposta do Agravado....	365
11.10	Prazo para o Julgamento do Agravo.....	370
Capítulo 12 – AGRAVO INTERNO.....		373
12	AGRAVO INTERNO.....	373
12.1	Casos de Agravo Interno	374
12.2	Requisitos da Petição de Agravo Interno	375
12.3	Manifestação do Agravado, Juízo de Retratação e Inclusão do Agravo em Pauta	376
12.4	Limitação Imposta ao Relator na Fundamentação do Agravo.....	378
12.5	Imposição de Multa ao Agravado.....	379
12.6	Condicionamento à Interposição de Outro Recurso	380
Capítulo 13 – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.....		383
13	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	383
13.1	Prazo de Interposição dos Embargos.....	388
13.2	Prazo em Dobro para Embargar	389
13.3	Embargos Declaratórios com Efeito Modificativo	390
13.4	Julgamento dos Embargos.....	393
13.5	Decisão Monocrática dos Embargos	397
13.6	Fungibilidade dos Embargos de Declaração em Agravo Interno ..	398
13.7	Modificação da Decisão Embargada e Recurso já Interposto	398
13.8	Embargos Processados e Julgados Independentemente de Rati- ficação	400
13.9	Prequestionamento nos Embargos.....	400
13.10	Efeitos dos Embargos	404
13.11	Embargos Manifestamente Protelatórios.....	406
13.12	Condicionamento à Interposição de Outro Recurso	407
13.13	Caso de Inadmissão de Novos Embargos.....	408

Capítulo 14 – RECURSO ORDINÁRIO PARA O STF E PARA O STJ	409
14 RECURSO ORDINÁRIO.....	409
14.1 Extensão do Recurso Ordinário e Modo de Interposição	415
14.2 Requisitos de Admissibilidade e Procedimento do Recurso Ordinário.....	415
Capítulo 15 – RECURSOS EXTRAORDINÁRIO E ESPECIAL	421
15 RECURSOS EXTRAORDINÁRIO E ESPECIAL.....	421
15.1 Requisitos da Petição Recursal.....	424
15.2 Recurso Fundado em Dissídio Jurisprudencial.....	433
15.3 Desconsideração de Vício Formal.....	439
15.4 Extensão da Suspensão do Processo a Todo o Território Nacional ..	440
15.5 Pedido de Concessão de Efeito Suspensivo e Competência.....	441
15.6 Procedimento dos Recursos Excepcionais	444
15.7 Negativa de Seguimento ao Recurso	445
15.8 Pressuposto Específico do Recurso: Repercussão Geral	446
15.9 Realização do Juízo de Retratação	446
15.10 Seleção do Recurso Representativo da Controvérsia	447
15.11 Realização do Juízo de Admissibilidade	448
15.12 Cabimento de Agravo em Recurso Especial e em Recurso Extraordinário	449
15.13 Cabimento de Agravo Interno	449
15.14 Interposição Conjunta de Recursos Especial e Extraordinário	450
15.15 Precedência de Julgamento do Recurso Extraordinário Sobre o Recurso Especial.....	451
15.16 Devolução do Recurso pelo STF ao STJ.....	452
15.17 Precedência no Julgamento do Recurso Especial	453
15.18 Julgamento do Recurso Extraordinário ou Especial.....	455
15.19 Ausência de Repercussão Geral	458
15.20 Reconhecimento da Repercussão Geral e Suspensão dos Processos Pendentes.....	462
15.21 Exclusão da Decisão de Sobrestamento	462
15.22 Cabimento de Agravo Interno	463
15.23 Negativa de Seguimento a Recursos Extraordinários na Origem ...	464
15.24 Prazo de Julgamento e Preferência do Recurso com Repercussão Geral	465
15.25 Súmula da Decisão Sobre Repercussão Geral	466

Capítulo 16	RECURSOS EXTRAORDINÁRIO E ESPECIAL REPETITIVOS	469
16	RECURSOS REPETITIVOS.....	469
16.1	Escolha do Recurso-Piloto	471
16.2	Exclusão de Recurso Intempestivo e Agravo Interno.....	472
16.3	Seleção de Outros Recursos Representativos da Controvérsia.....	473
16.4	Decisão de Afetação.....	474
16.5	Afetação Não Efetivada.....	475
16.6	Mais de Uma Afetação e Prevenção.....	476
16.7	Prazo para Julgamento dos Recursos Afetados	476
16.8	Recursos Afetados Não Julgados no Prazo	477
16.9	Prioridade do Julgamento da Questão Afetada.....	478
16.10	Intimação das Partes da Decisão de Suspensão do seu Processo...	479
16.11	Pedido de Prosseguimento de Processo Suspenso e Contraditório..	480
16.12	Consequência do Reconhecimento da “ <i>Distinção</i> ”	481
16.13	Recursos Cabíveis na Decisão de “ <i>Distinção</i> ”	481
16.14	Atribuições do Relator no Processo	482
16.15	Prazo para Prestar Informações	484
16.16	Julgamento do Incidente de Recursos Repetitivos	485
16.17	Extensão do Conteúdo do Acórdão	486
16.18	Julgamento do Recurso Afetado.....	487
16.19	Inadmissão Automática dos Recursos Sobrestados.....	488
16.20	Publicação do Acórdão Paradigma e suas Consequências	489
16.21	Desistência da Ação no Primeiro Grau.....	490
16.22	Manutenção do Acórdão Divergente e suas Consequências	492
16.23	Juízo de Retratação e Decisão das Demais Questões	493
Capítulo 17	– AGRAVO EM RECURSOS ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO	495
17	DECISÕES AGRAVÁVEIS	495
17.1	Petição de Agravo e Procedimento.....	496
17.2	Julgamento Conjunto do Agravo e do Recurso Especial ou Extraordinário.....	501
Capítulo 18	– EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA	505
18	CABIMENTO DE EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA	505
18.1	Teses Jurídicas Confrontáveis e Natureza das Normas	511

18.2	Alteração de Turma e Embargos de Divergência	511
18.3	Prova da Divergência	512
18.4	Procedimento nos Embargos de Divergência	512
18.5	Interrupção de Prazo para Recurso Extraordinário.....	513
18.6	Julgamento dos Embargos Independentemente de Ratificação	514
Capítulo 19 – DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS.....		515
19	DIREITO INTERTEMPORAL	515
19.1	Eficácia do Direito Probatório.....	518
19.2	Idosos, Portadores de Deficiência e Criança e Adolescente	519
19.3	Observância do Procedimento Comum	523
19.4	Cadastramento no Tribunal	524
19.5	Execução Contra Devedor Insolvente	526
19.6	Atos Processuais Eletrônicos.....	526
19.7	Resolução de Questão Prejudicial (Coisa Julgada)	526
19.8	Prazo de Prescrição no Novo Código.....	527
19.9	Cumprimento de Sentença no Novo Código	527
19.10	Recolhimento de Importância em Dinheiro em Juízo	529
19.11	Tutela Provisória Contra a Fazenda Pública.....	529
19.12	Alteração da Lei de Custas da Justiça Federal (Lei 9.289/1996)...	532
19.13	Alteração da Lei de Arbitragem (Lei 9.307/1996)	532
19.14	Alteração da Lei dos Juizados Especiais (Lei 9.099/1995)	533
19.15	Alteração do Código Eleitoral (Lei 4.737/1965).....	535
19.16	Alteração do Código Civil (Lei 10.406/2002).....	535
19.17	Avaliação da Efetividade das Normas Processuais	536
19.18	Prazo para Interposição de Qualquer Agravo	536
19.19	Usucapião Extrajudicial	537
19.20	Disposições Revogadas pelo Novo Código.....	545
REFERÊNCIAS.....		547
ÍNDICE REMISSIVO		551